

Tóquio pode ser flexível

Roberto Garcia

Correspondente

Washington — A dívida dos países latino-americanos deixou de ser um problema do sistema financeiro internacional para virar, cada vez mais, um problema dos bancos americanos. Para bancos japoneses e europeus, a dívida latino-americana reduziu-se à metade, graças à enorme desvalorização do dólar nos dois últimos anos. A maior parte da dívida externa dos países do continente é denominada em dólar, embora possa ser contraída tanto em bancos americanos, europeus ou japoneses.

Em consequência dessa desvalorização da moeda americana, bancos de fora dos Estados Unidos ficaram muito menos vulneráveis diante da dívida de países como o Brasil, México e Argentina. O economista Paul Sacks, presidente da Multinational Strategies, Inc, explica que "nos livros de qualquer banco japonês, em setembro de 1985 um empréstimo de um dólar a um cliente brasileiro estava lançado como 260 ienes. Hoje, esse mesmo empréstimo vale apenas 150 iens. A carteira de empréstimos latino-americanos nesses bancos japoneses ficou muito menos importante quando comparada ao capital dessas instituições de crédito. Por causa disso, os japoneses podem ser muito mais flexíveis quando discutem a dívida externa brasileira, atualmente".

Quase a mesma coisa se aplica aos bancos europeus, uma vez que o dólar também depreciou substancialmente tanto em relação ao marco alemão quanto à libra inglesa ou às outras moedas dos países do velho continente. É por causa disso que a suspensão de pagamento de juros pelo Brasil a 20 de fevereiro passado tem causado muito mais repercussões nos Estados Unidos do que em outros países credores.

Como a dívida brasileira foi reduzida à metade do que era dois anos atrás, para bancos japoneses e europeus a suspensão dos pagamentos de juros representa um risco mu-

to menor. A importância dos juros que estavam sendo pagos pelo Brasil até o início deste ano também foi reduzida pela metade. Assim, ao buscar uma solução para os problemas brasileiros, bancos não-americanos podem ser muito menos rígidos.

Essa flexibilidade sempre foi maior na Europa, principalmente porque os regulamentos governamentais sobre atividades bancárias são menos estritos nos países daquela região. Bancos americanos têm apenas 90 dias para registrar perdas resultantes da falta de pagamento de juros. Isso aumenta as pressões sobre os gerentes dessas instituições de crédito para encontrar solução rápida para quaisquer problemas de seus maiores clientes. Os bancos europeus têm de seis meses até um ano para registrar esses prejuízos. Eles também podem descontar do Imposto de Renda a maior parte dos prejuízos que sofrem quando seus clientes não pagam em dia e, além disso, podem permitir que os juros não pagos sejam capitalizados, isto é, passem a fazer parte do principal. Isso não é permitido aos bancos americanos.

Graças a essa maior flexibilidade de que dispõem, bancos japoneses e europeus têm feito um esforço coordenado nos últimos cinco anos para "limpar" de suas carteiras empréstimos indesejáveis ao Terceiro Mundo. Exemplo disso é a Companhia de Fatoração estabelecida meses atrás pelo 28 maiores bancos japoneses. A companhia foi formada para comprar empréstimos dos países do Terceiro Mundo com desconto desses bancos e transferi-los para outros compradores ou mesmo para os países devedores. Bancos europeus também têm transferido seus empréstimos latino-americanos para o mercado secundário, com desconto. Nesses mercados secundários, papéis referentes à dívida brasileira são transferidos com um desconto de aproximadamente 30%.

Segundo Paul Sacks, todos esses fatos explicam o perfil cada vez mais baixo mantido pelos credores europeus atualmente em relação à dívida brasileira.